

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

Neusa Maria DAL RI¹
Candido Giraldez VIEITEZ²

RESUMO: No Brasil, não existe uma política federal específica voltada para a educação cooperativista. Entretanto, há programas e ações que envolvem órgãos e recursos públicos federais dos quais derivam políticas para essa modalidade de educação. O Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (Denacoop) ligado ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, vem desenvolvendo programas de capacitação, dentre os quais encontram-se alguns que dizem respeito especificamente à educação associativista rural e cooperativista. O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vem destinando recursos a programas educacionais e de reciclagem profissional e, a partir desses, organismos cooperativistas vêm promovendo cursos de formação e capacitação para seus associados. Nas escolas públicas e privadas de 1º e 2º graus, está sendo ministrado o ensino do cooperativismo com base na Lei n. 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que permite a inserção de matérias na parte diversificada do currículo escolar que contribuam para o crescimento pessoal e profissional do aluno.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; educação cooperativista; cooperativismo.

Introdução

O cooperativismo desenvolve-se no Brasil desde o século passado. Hoje, são 5 milhões de pessoas que vivem o dia-a-dia do cooperativismo. Porém, a sua participação na economia ainda é pequena. Estima-se que a mesma representa cerca de 5% do PIB enquanto que, em países de maior tradição neste campo, chega a 30%.

Dessa forma, não é incompatível com os dados acima o fato de que no país não exista uma política federal específica voltada para a educação cooperativista.

Entretanto, há programas e ações que envolvem órgãos e recursos públicos federais dos quais derivam políticas para essa modalidade de educação. Até o fim da ditadura militar, essas ações eram bastante restritas. No entanto, a partir dos anos oitenta, observa-se uma certa ampliação dos programas e atividades voltadas para esse fim, bem como uma redefinição dos seus objetivos e formas de ação.

¹ Professora Assistente Doutora e Chefe do Departamento de Administração e Supervisão Escolar - FFC-Unesp/ Marília e Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Organizações e Democracia".

² Professor Assistente Doutor no Departamento de Sociologia e Antropologia - FFC-Unesp/ Marília e Coordenador do Grupo de Pesquisa "Organizações e Democracia".

Indicar-se-á neste trabalho que a ampliação e a redefinição dessas ações devem-se a dois fatores fundamentais. A partir de 1980, o cooperativismo encontra-se em expansão provavelmente em decorrência de uma conjuntura sócio-econômica que o coloca como uma das alternativas ao desemprego e à exclusão social. Além disso, nesse movimento de expansão eclodem novas organizações que parecem influenciar a própria concepção de cooperativismo, bem como a de educação ligada a ele.

1 A educação como tópico do desenvolvimento cooperativista

No período desenvolvimentista — modelo baseado na substituição de importações — que vigorou até 1964, o cooperativismo teve um apreciável crescimento.

No período da ditadura, quando a integração subalterna do país à economia mundial passou a ser uma política deliberada, dois vetores incidiram sobre o cooperativismo. Por um lado, O governo militar (1964-1984), contrário às pretensões populares de reforma agrária, implementou uma política que visava à modernização do campo com base no desenvolvimento de empresas capitalistas agro-industriais voltadas para a exportação. Nessa conjuntura, as cooperativas agrárias constituíram-se em canais de repasse de um grande volume de recursos subsidiados, do setor público para o setor privado. (Dal Ri & Vieitez, 1999, p. 16)

Por outro lado, essa mesma política, promotora de concentração e centralização de capitais, que propiciou uma modernização conservadora predatória, atingiu vários setores econômicos populares. Isenções tributárias que beneficiavam as cooperativas foram suprimidas. A Reforma bancária de 1964 impôs limitações legais tão drásticas às cooperativas de crédito que essas quase desapareceram. Por sua vez, as cooperativas de consumo, habituadas a operar sobre a base de uma economia popular de âmbito local, viram-se ante a concorrência de grandes redes de supermercados que se expandiram sobre as ruínas do pequeno comércio.

Até o término do regime militar, o cooperativismo agropecuário era, sob todos os aspectos, a força cooperativista mais importante e influente.

Os cooperados desse ramo, em sua maior parte, eram empresários que se articulavam entre si com o objetivo de melhorar ou mesmo viabilizar os seus negócios capitalistas. No sentido político e social, essas camadas eram conservadoras e tinham representantes em diversas instâncias do Estado. A proximidade com o poder permitia-lhes usufruir benefícios financeiros e econômicos. Consequentemente, esse ramo do cooperativismo,

afinado com as políticas governamentais, valendo-se da sua predominância, imprimia ao movimento cooperativista brasileiro uma postura política conservadora.

É nesse contexto que surge a Lei n. 7231, de 23 de outubro de 1984, que “remete ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento a tarefa de apoiar e incentivar o setor associativista rural e cooperativista brasileiros, reservando para tanto recursos arrecadados junto às empresas e empregados do próprio setor” (Brasil, [19-], p. 1). Segundo esta Lei, cabe à Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo, por meio do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (Denacoop) realizar esta incumbência.

“O Programa de Apoio ao Desenvolvimento e à Competitividade de Associações Rurais e Cooperativas em Geral 2000-2003” do Denacoop, afirma que

... este *programa objetiva* contribuir técnica e financeiramente na formulação de planos de desenvolvimento institucional de cooperativas em geral e de associações e outras formas associativas de produtores rurais, com vistas a sua modernização, aperfeiçoamento institucional, autogestão e competitividade. (Ibid, p. 2, grifo do autor)

O Denacoop, nos últimos oito anos, recebeu um elevado volume de solicitações de apoio financeiro. A partir dessas solicitações identificou e conceituou as atividades mais demandadas pela clientela, dentre as quais encontra-se a *capacitação* de recursos humanos.

Capacitação, para o Denacoop, é “qualquer atividade que efetivamente contribua para melhorar a habilidade de uma pessoa no desempenho de uma tarefa”, acrescentando que a mesma “deverá buscar o desenvolvimento pessoal, interpessoal e profissional do indivíduo, para que este atue como agente do re-ordenamento do associativismo rural e do cooperativismo brasileiros e a sua inserção no cenário internacional.”(Ibid, p. 7). Além disso, a capacitação abrangerá atividades que poderão ser classificadas “como *formais (cursos, estágios, treinamento em serviço e outros) e informativas (seminários, conferências, estudos de grupo, visitas técnicas e outros)*. Também compreenderá *eventos como congressos e encontros estaduais, regionais e nacionais por ramos cooperativos e por área de atividade na organização associativista.*” (Ibid, p. 7, grifos do autor).

O Denacoop trabalha com sete linhas de ação prioritárias. Em cinco delas a capacitação aparece como uma das atividades básicas.

Uma dessas linhas diz respeito especificamente à educação associativista rural e cooperativista que tem por objetivo “orientar e difundir

as práticas associativistas e cooperativistas para os públicos potenciais, bem como orientar os associados, cooperantes e administradores quanto aos processos de autogestão e gestão social e na avaliação, monitoria e melhoria das operações gerenciais, de modo a se obter excelência empresarial ...' (Ibid, p. 3) por meio da capacitação.

A definição de capacitação do Denacoop compreende uma concepção de aprendizagem bastante ampla, que envolve os conceitos de educação formal e informal, bem como grande diversidade de atividades possíveis, o que se configura como uma visão de educação flexível e metodologicamente sugestiva.

No entanto, observa-se, também, que essa proposta, analisada no seu conjunto, tem como público alvo basicamente as pessoas que já integram o movimento cooperativista ou que efetivamente poderão vir a integrá-lo. Neste sentido, embora importante, essa atividade educativa encontra-se limitada pelo meio social endógeno no qual tende a atuar.

2 A ampliação das políticas de educação cooperativista

2.1 Formação e capacitação para o cooperativismo

O cooperativismo agropecuário, acrescido de setores agroindustriais, é ainda hoje o ramo mais forte do cooperativismo brasileiro. Entretanto, a partir dos anos oitenta, o panorama geral do movimento cooperativo brasileiro começou a mudar.

A política neoliberal tem deixado uma esteira de desemprego, exclusão social e precarização das condições de trabalho. Os trabalhadores desempregados ou virtualmente desempregados lutam para preservar ou reconstituir postos de trabalho. Por outra parte, segmentos sociais que nunca integraram o mercado de trabalho assalariado ou que há muito se afastaram dele e que vivem na chamada economia informal, vêm procurando melhorar suas condições econômicas criando cooperativas.

Dessa forma, verifica-se um revigoramento do cooperativismo e também mudanças que dizem respeito tanto à natureza das organizações que o compõe, quanto aos valores que o norteiam. Essa revivescência pode ser observada, sobretudo, na formação de cooperativas de trabalho, dos mais diversos tipos, de produção e na criação de organizações que se autodenominam autogestionárias.

Em vista dessa conjuntura, que gera pressões sociais e políticas decorrentes da exclusão de grande massa de trabalhadores do mercado, o governo federal implementa políticas de incentivo para geração de emprego e renda, dentre as quais destacam-se, aqui, aquelas destinadas a programas

educacionais e de reciclagem profissional. Os recursos para essa finalidade advêm, principalmente, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e são destinados a programas específicos da esfera pública federal, estadual e municipal e, também, a entidades privadas como bancos, associações sindicais, associações patronais e ONG's.

Organismos cooperativistas têm pleiteado esses recursos com o objetivo de promover cursos de formação e capacitação para seus associados. Os organismos públicos encarregados de administrar e repassar esses recursos, como, por exemplo, as Secretarias de Trabalho dos Estados, mantêm uma oferta de *balcão* que libera financiamentos de acordo com a apresentação de projetos específicos apresentados pelas organizações pleiteantes. Esta maneira de operar faz com que a aprovação de projetos e, concomitantemente, a liberação de verbas tenha um caráter pontual e circunstancial, o que dispõe à formação de *lobbies* e outras formas de barganha política. Não obstante esses óbices, nos últimos anos, inúmeros cursos de educação cooperativista têm sido realizados em várias cidades e Estados do país utilizando-se dessa via de financiamento por parte do poder público.

2.2 A educação cooperativista como socialização dos jovens

Turma da cooperação, vocês me fizeram acreditar na cooperativa eu aprendi também que a cooperação é a melhor maneira de se resolver as coisas. Pedro Carneiro, aluno do 1º Grau da Rede Pública de Brasília. (Programa cooperjovem, 2000c, p. 4)

O ensino do cooperativismo foi implantado, pioneiramente, nas escolas de 1º e 2º graus do Distrito Federal, em 24 de abril, de 2000, com o objetivo de difundir a cultura cooperativista para crianças e jovens. Essa disciplina escolar também está sendo implantada nos estados do Acre, Amapá e Paraná, e gestões estão sendo realizadas em outros estados com o mesmo objetivo.

O ensino de cooperativismo nas salas de aulas, nas escolas públicas e privadas de 1º e 2º graus, é possível com base na Lei n. 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que permite a inserção de matérias na parte diversificada do currículo escolar que contribuam para o crescimento pessoal e profissional do aluno. De acordo com o art. 26, da LDB

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia, e da clientela.

Embora a normativa estabelecida pela LDB, na sua qualidade de Lei, não desencadeie diretamente uma ação voltada para a educação cooperativista, essa ação é passível de ocorrer e, quando se materializa, exige do órgão público pertinente o apoio institucional e pelo menos uma parte dos recursos humanos e materiais necessários à sua consecução. Nesse sentido, ainda que indiretamente, essa diretriz configura-se como uma política pública para a educação cooperativista.

A operacionalização de uma das possibilidades abertas pelo artigo 26, da LDB, deve-se à iniciativa da Cooperativa dos Profissionais Gráficos de Brasília (Coopergraf) que criou o Programa Cooperjovem, idealizado e dirigido por Geonival Isaias de Oliveira, bem como ao apoio dado a esse projeto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) vinculado à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

O Programa Cooperjovem implica a realização de parcerias com os estabelecimentos de ensino que se disponham a implementá-lo. Uma vez feita a opção pelo ensino do cooperativismo, esse passa a integrar a matriz curricular do respectivo estabelecimento.

O Programa tem como objetivo geral “... formar e capacitar jovens estudantes do 1º e 2º graus, apresentando-lhes o Cooperativismo como alternativa de encaminhamento futuro, na vida profissional e pessoal, contribuindo dessa forma para a expansão do sistema nas mais diferentes áreas econômicas” (Programa Cooperjovem, 2000a, p. 7). E tem como objetivos específicos

... estimular a cooperação desde a infância; identificar potenciais lideranças; formar multiplicadores da doutrina e filosofia cooperativista; criar alternativas de trabalho e inserção no mercado; estimular a solidariedade; revitalizar o cooperativismo com a introdução dos jovens em seu meio; e incentivar o intercâmbio de conhecimentos. (Ibid, p. 7)³

2.3 Programa Cooperjovem: o cooperativismo vai à escola

O Programa Cooperjovem é apoiado pelo Sescoop que realiza gestões para implanta-lo em vários estados do país. No Distrito Federal,

³ Na versão mais recente do Programa Cooperjovem, os objetivos são os seguintes: “estimular a cooperação e a solidariedade; identificar e formar multiplicadores; revitalizar o cooperativismo; criar alternativas e meios de inserir o jovem no mercado de trabalho; incentivar o intercâmbio de conhecimentos com o cooperativismo nacional e internacional; manter banco de dados para acompanhar o desempenho dos alunos; estimular a formação de cooperativas formadas por alunos, pais e professores para a aquisição de material em escala econômica; promover encontros municipais, estadual e nacional com o objetivo de avaliar os resultados e desempenho do Programa Cooperjovem” (Programa Cooperjovem, 2000b, p. 4).

onde foi deflagrada a ação pioneira, o Programa estrutura-se em duas etapas.

Na primeira, após a identificação da Escola que optou pelo ensino de cooperativismo, o Programa oferece o seguinte apoio:

- 1) curso de cooperativismo ao professor responsável pela matéria;
- 2) conteúdos didáticos a serem trabalhados em sala de aula na forma de revistas em quadrinhos da Turma da Cooperação;
- 3) manual do professor de acordo com a série em que o aluno se encontra, e 4) ... palestras sobre temas específicos ... (Ibid, p. 4)

A segunda etapa é administrada pelo Cooperjovem em comum acordo com a escola na qual se desenvolve o Programa. Ela é constituída por atividades extraclasse e está subdividida em três fases. Na primeira fase os alunos selecionados realizam um curso teórico para aprofundar os seus conhecimentos sobre o cooperativismo. Na segunda, os alunos que passaram pelo curso básico de cooperativismo são indicados para estagiar em cooperativas. Na terceira fase, efetua-se a seleção de monitores que poderão vir a ser contratados pelo Cooperjovem (Ibid, p. 4-5).

O material formativo "A Turma da Cooperação" é elaborado na forma de revista em quadrinhos. O conteúdo trabalhado nas revistas apresenta três características que merecem destaque.

A orientação geral, à semelhança do que ocorre nos programas do Denacoop, advém dos princípios da Aliança Cooperativa Internacional (ACI).⁴

As mensagens e informações, bem como os princípios contidos nas revistas, são apresentados de forma contextualizada mostrando que os fatos relacionados ao cooperativismo evoluem segundo uma determinada trajetória histórica e que se encontram articulados ao desenvolvimento da sociedade. Dessa forma, a narrativa contida no material reporta-se às origens do cooperativismo, indicando que o surgimento do mesmo foi uma iniciativa de integrantes da classe trabalhadora industrial inglesa que buscavam uma alternativa às condições subumanas de trabalho e vida impostas pelo capitalismo industrial emergente.

Uma outra característica presente nesse material pedagógico diz respeito à visão de mundo ou ideologia que o perpassa. Os temas

⁴ A versão mais recente da Carta de Princípios da ACI foi aprovada no Congresso de 1995, realizado em Manchester, Inglaterra, consistindo no seguinte: 1) adesão voluntária e aberta; 2) controle democrático por parte dos membros; 3) participação econômica dos associados; 4) autonomia e independência; 5) educação, capacitação e informação; 6) cooperação entre as cooperativas; 7) interesse pela comunidade. DECLARACIÓN de la Alianza Cooperativa Internacional sobre la Identidad Cooperativa aprobada en Manchester en el XXXI Congreso de la ACI. In: *Revista de Debate sobre economía pública social y cooperativa*, p. 37-39.

apresentam-se contextualizados na sociedade atual brasileira trazendo uma visão crítica da política sócio-econômica vigente e colocando o cooperativismo como uma “alternativa de organização socioeconômica em todos os setores da economia brasileira”. (Oliveira, 2000, p. 6) e um “caminho que ... permitirá construir uma sociedade mais justa, solidária e democrática.”. (Programa Cooperjovem, 2000a, p. 2).

Conclusão

Na última década, observa-se uma ampliação do espaço público para a realização de atividades educativas voltadas para o cooperativismo. Verifica-se, também, um certo aumento do montante de recursos financeiros destinado a programas de natureza análoga.

A realização do Programa Cooperjovem deve-se a conjunção das normativas da atual LDB com a atuação do cooperativismo organizado. Quanto a esse, ressalte-se a inflexão renovadora verificada nas duas últimas décadas.

A entrada em cena de cooperativistas egressos do mundo do trabalho assalariado, e de movimentos sociais e político-ideológicos decorrentes desse universo, inseriu no meio cooperativista um enfoque social mais abrangente e crítico quando comparado às posições políticas tradicionalmente assumidas por ele. Uma consequência derivada desse fato é a proliferação de cooperativas de trabalho e de produção que tornaram muito mais complexa a organização cooperativista brasileira.

As cooperativas de trabalho e de produção, por sua própria natureza, apresentam interesses diferenciados que se refletem em sua maneira de atuar. Um exemplo disso é o Programa Cooperjovem. É plausível supor-se que a Coopergraf, ao criar esse Programa, tenha aliado o objetivo de socializar os valores cooperativistas ao interesse em ampliar o seu mercado, propiciando assim melhores condições para o seu próprio desenvolvimento. A Coopergraf, na qualidade de gráfica e editora, caso o Programa Cooperjovem venha a ter sucesso nacional, estaria criando um mercado para as suas edições.

Em suma, embora os recursos do FAT, que, em princípio, deveriam atender aos interesses dos trabalhadores, contribuam ainda de maneira bastante tímida para a viabilização de projetos de educação cooperativista, além de estarem sujeitos a condições operacionais e circunstanciais, como indicado anteriormente, há indícios de que os recursos federais disponíveis para esse tipo de educação, ainda que de forma indireta, ampliaram-se, bem como as formas de atuação implicadas nessa atividade.

Contudo, o fenômeno mais transcendente nesse movimento, no que tange às políticas públicas para a educação nesse setor, é a implantação do ensino do cooperativismo nas escolas de 1º e 2º graus. Esse acontecimento é importante por duas razões. Primeiro, porque apresenta potencial para estender-se de modo significativo à população estudantil nacional. E, segundo, porque, sendo uma forma de socialização primária, ele influi expressivamente na formação da cultura e das mentalidades.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural. *Programa de Apoio ao Desenvolvimento e à Competitividade de Associações Rurais e Cooperativas em Geral 2000 - 2003*. Brasília: [s. n.], [19—]. (Mimeografado.)

DAL RI, N. M. ; VIEITEZ, C. G. A economia solidária e o desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil. In: DAL RI, N. M. (Org.) *Economia solidária - o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

DECLARACIÓN de la Alianza Cooperativa Internacional. *Revista de Debate sobre Economía Pública Social y Cooperativa*. Número extraordinário : V Conferencia Europea de la Economía Social. Madrid, CIRIEC, n. 19 p. 37-39, oct. 1995.

DIRETRIZES e Bases da Educação Nacional: lei n. 9.394, de 20-12-96, (Lei Darcy Ribeiro) e legislação correlata. São Paulo: Edipro, 1997.

OLIVEIRA, G. I. de. *Apresentação*. Programa Cooperjovem - Cooperativismo & Cidadania. Brasília: Coopergraf, 2000.

PROGRAMA Cooperjovem - cooperativismo & cidadania. Brasília: Coopergraf, 2000a
PROGRAMA Cooperjovem - cooperativismo & cidadania. versão atualizada. Brasília, 2000b. (mimeografado).

PROGRAMA Cooperjovem e turma da cooperação. *Boletim Informativo*, Brasília, v.1, maio/jun., 2000c.

